

---

AS CARTAS DE GOYAZ\*

---

ANTÓN CORBACHO QUINTELA\*\*

---

RESUMO

O artigo procura contribuir ao esclarecimento da posição ocupada e da função desempenhada no sistema literário brasileiro pelos documentos lavrados a respeito de Goiás, tanto durante o período da exploração, quanto no início da colonização do Centro-Oeste.

PALAVRAS-CHAVE: Epistolografia, sistema literário, história de Goiás.

---

À diferença do acontecido com o Brasil achado aos 22 de abril de 1500, os estudos históricos desconhecem quaisquer nuances relativas à etopéia daqueles que foram os primeiros alienígenas ocidentais que penetraram na geografia atualmente abrangida pelo Estado de Goiás. Nesse sentido, também não foram localizados, até o momento, testemunhos escritos a partir dos quais se possa reconstruir a visão transmitida por esses alienígenas quinhentistas e seiscentistas, tanto após a experiência que viveram ao longo do percurso bandeirante, quanto como consequência da impressão que lhes pôde haver causado o encontro com a parte goiana do Cerrado.

À escassez de informações acerca da atitude e dos modos de percepção dos primeiros estrangeiros<sup>1</sup> perante a natureza e os aborígenes dos sertões goianos soma-se a incerteza a respeito da data em que se iniciou a corrida que acabaria se convertendo em um *rush* em direção à

---

\* Este artigo é fruto de um projeto de investigação cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFG de que participou a acadêmica Karla Santa Bárbara, monitora de literatura espanhola e hispano-americana da Faculdade de Letras, UFG.

\*\* Professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.  
E-mail: corbachoq@rocketmail.com

Recebido em 26 de abril de 2004  
Aceito em 19 de julho de 2004

gleba do coração do Brasil. A análise da *visão do paraíso* que puderam ter os forâneos precursores no desbravamento de Goiás fica, portanto, limitada à compreensão do que se pode pressupor que seria o perfil e o comportamento próprios de aventureiros interessados na rapina das riquezas materiais do Centro-Oeste e na submissão dos silvícolas com os fins da sua escravidão ou da sua catequese nos métodos da evangelização servil. De fato, no início da década de 1930, Colemar Natal e Silva (2002, p. 109) já atestara que uma das maiores dificuldades com que se deparavam os pesquisadores para a elaboração e interpretação dos três determinantes da história regional – a cronologia, o ambiente e a biografia de pioneiros e chefes – era a de conseguir fixar, com plena certeza, quando se dera o descobrimento de Goiás. As controvérsias geradas, por então, em torno do estabelecimento de uma diacronia para o processo de penetração dos bandeirantes paulistas e da importância da mesma para a reflexão sobre a identidade goiana foram uma matéria constante no seio da história e da historiografia goianas e criaram um campo de debates ainda aberto nos dias atuais. Assumindo essa circunstância, neste artigo refletir-se-á, em primeiro lugar, sobre o papel atribuído pela *intelligentsia* regional à epistolografia pré-colonial e colonial relativa à inserção de Goiás no contexto brasileiro. Por outro lado, analisar-se-á o espaço ocupado no processo de formação da literatura brasileira neste Estado pelas cartas e missivas que foram compostas durante as décadas que antecederam à fundação do *Arraial* ou *Povoado de Sant’Anna*.

No caso do Brasil – entendendo o Brasil como um território unido de destino nacional – ainda havendo dúvidas justificadas em relação a se os integrantes da esquadra de Pedro Álvares Cabral que desembarcaram em Porto Seguro foram os primeiros europeus a entrarem em contato com os nativos da Ilha da Vera Cruz, há consenso sobre quais foram os ritos de passagem que marcaram a fundação do país. A exumação da *Carta* de Caminha e a qualificação de “diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura” (ABREU, 1999, p.

150) que ela recebeu, acompanhadas da enorme repercussão obtida pela *Carta* a partir da sua divulgação após a segunda década do século XIX, dissiparam os questionamentos acerca do momento em que a Terra dos Papagaios passou a estar englobada no espaço assumido pela civilização ocidental. A ação quinhentista lusitana acometida sobre o Brasil viu-se refletida nos documentos lavrados pelos cronistas-historiadores da época que, com seu labor historiográfico e literário, contribuíram para a apresentação das novas terras descobertas às autoridades e aos leitores da Europa. Nesse sentido, para o período de 1500 a 1576, a historiadora Janaína Amado (2001) e o jornalista Luiz Carlos Figueiredo recompilaram 40 documentos históricos europeus sobre o Brasil que constituem o maior e mais importante conjunto de fontes às quais recorrer para analisar a trajetória do conhecimento gradativo adquirido pela Europa a respeito desse *Novo Mundo*.

#### A INEXISTÊNCIA DE UMA “CERTIDÃO DE BATISMO” PARA GOIÁS

No caso concreto de Goiás, vários autores contemporâneos aludiram à passagem, no século XVI, de conquistadores e exploradores pelos sertões goianos. Esses autores não só fixaram, nos finais do período quinhentista, a abrangência até Goiás da ação sertanista dos aventureiros da Capitania de São Paulo mas também reconstruíram o leque de desbravadores que atingiram a geografia contemporânea deste Estado ao longo do século XVII.<sup>2</sup> Paulo Bertran (2000, p. 40-43) menciona como a possível primeira bandeira do Piratininga que atravessou Goiás uma expedição comandada por Sebastião Marinho, a qual, em 1592, teria descoberto ouro ao norte de Vila Boa. O fundamento dessa consideração reside em um esboço de mapa do século XVIII descoberto por Taunay na década de 1920 no qual se marca essa travessia. Gilka V. F. de Salles (1992, p. 54) referiu-se também à bandeira de Sebastião Marinho como a primeira a chegar em terras goianas, acrescentando que não houve notícias a respeito de se nela aconteceu o apresamento de índios. Antes

deles, o beletrista Zoroastro Artiaga já defendera a premissa de que o primeiro homem branco que entrou nestas paragens foi Sebastião Marinho. Ele é descrito como um súdito espanhol que, seguindo os trilheiros do índios, percorrerá uma imensa trajetória através de Goiás ao longo da qual só encontrou animais selvagens, traíras e ossadas.<sup>3</sup>

Todos esses autores redundam no parecer divulgado em 1925 por *Americano do Brasil* (1980, p. 123), que, baseando-se no rústico mapa castelhano da coleção de Taunay,<sup>4</sup> tentara refutar através de um artigo publicado por *A Informação Goiana*, que Manuel Correia [ou Corrêa] fosse o primeiro sertanista a pisar, em 1647, em terras de Goiás.<sup>5</sup> Todavia, *Americano do Brasil* não foi o primeiro historiador em reclamar o papel protagonista de Sebastião Marinho. Em 1883, Capistrano de Abreu (1999, p. 66) expusera em sua tese de concurso à cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II que a *tradição* era outorgar a Sebastião Marinho o mérito de haver sido o primeiro a descobrir, no ano de 1592, as minas em Goiás subindo através do rio Paranaíba. É necessário frisar que *Americano do Brasil* (1982, p. 22) não colocava sobre Sebastião Marinho a liderança de uma expedição e acreditava que ele integrara a bandeira que conduziram Domingos Luis Grou e Antônio de Macedo entre 1590 e 1593. Nesse sentido, o historiador paulista Manoel Rodrigues Ferreira (1977, p. 81), respaldado em farta documentação, também conjecturou que os homens de Grou e Macedo – entre quem figuraria Sebastião Marinho – foram os primeiros a conhecer, pelo Sul, o Planalto Central do país. Por sua vez, Luís Palacín (1994a, p. 8-9; 1994b, p. 17), embora não indique Sebastião Marinho como membro da entrada de Grou, nomeia essa expedição como a primeira a chegar até o Cerrado goiano. Um dos descrentes da presença do sertanista Marinho em terras goianas foi Modesto Gomes (1974, p. 67-68). Ele define a entrada de Marinho como uma expedição insuficientemente documentada e interpreta que o “mapa bandeirante” possa ser um manuscrito apócrifo, deixando em aberto, mediante esse juízo de valor, o problema da prioridade do descobrimento de Goiás.

A exposição supra apresentada acerca da inexistência de uma conclusão majoritariamente aceita em relação à designação do reinol ou do brasileiro branco que inaugurou a marcha para o Goiás incógnito almeja salientar que, para o estudo do modo em que foram dispostos os alicerces inaugurais dos campos sociais goianos, tentar conveniar quem ostenta a primazia de ter chegado antes e mais longe na exploração dos sertões do Centro-Oeste carece de relevância devido a uma nuance interpretativa peculiar que foi determinada por alguns historiadores. Essa explanação particular gira ao redor do parecer de que se deve começar a conceder importância para a constituição da identidade regional de cunho luso-brasileiro somente àquelas ações sertanistas que visaram, além de explorar o território do Cerrado, a criar assentamentos populacionais estáveis em Goiás. Tanto Luís Palacín (1994b, p. 19) quanto Paulo Bertran (2000, p. 18) adotaram esse critério ao decidir que cumpria discriminar as repercussões do processo de penetração das conseguintes ao processo de colonização. No último foi quando aconteceu a grande migração para os auríferos do Planalto, a qual derivou na consolidação do substrato da sociedade goiana. Nesse sentido, sopesava Palacín (1994a, p. 9),

nem bandeirantes nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás. Levavam índios goianos para o sul e para o norte, traçavam roteiros para mostrar o caminho, mas não vinham a Goiás para criar povoações. [...] É costume dizer que o descobridor de Goiás foi Anhangüera. Isto não significa que ele fosse o primeiro a chegar a Goiás, mas sim que ele foi o primeiro a vir a Goiás com intenção de fixar-se aqui.

Observa-se, em conseqüência, que nos documentos prévios à chegada da bandeira do Anhangüera filho, os historiadores não vislumbraram nenhum registro que pudesse ser qualificado de *certidão de batismo* de Goiás. Por outro lado, o fato patente de que as narrações sumárias e esparsas – imbuídas dos padrões da redação tabelional – com que foram redigidos os testemunhos até o momento recopilados sobre Goiás para o período de 1592 a 1721 não possam, cabalmente, ser

analisadas com propósitos hermenêuticos que transcendam o estudo paleográfico e filológico, acaba impedindo que o seu uso possa ter outras aplicações que não sejam os auxílios para a reconstrução histórica. Gilka V. F. de Salles (1992, p. 55-56) define o período pré-colonial como

uma época de documentação escassa e de dados imprecisos, obtidos fragmentariamente através de testamentos e inventários. Certo é, entretanto, que índios e ouro eram o tema das incursões ao Centro-Oeste e os primeiros constituíram por muito tempo a mão-de-obra paulistana.

Assim, a crítica que se ocupou do estudo da literatura brasileira desenvolvida em Goiás não pôde nunca perscrutar tópicos ou recorrências que já tivessem estado presentes na prosa pré-colonial. Os textos anteriores a 1721 – ano em que foi datado o primeiro documento conservado sobre a bandeira do Anhangüera filho – não carecido, em consequência, de interesse para a análise dos elementos do repertório<sup>6</sup> a partir do qual a literatura goiana transferiu suas constantes temáticas e formais. Essa circunstância contrasta com uma tradição exegética estabelecida pelos historiadores da literatura brasileira consistente em situar na epistolografia e nas crônicas quinhentistas possuidoras de *qualidade estética* os primórdios da produção literária nacional. A forja da literatura goiana também diferiria do andamento feito pela literatura mineira. Em relação a essa última, alguns críticos literários pretenderam delimitar um conjunto de fatores constitutivos surgidos no período das primeiras explorações do território mineiro que lhe teriam outorgado ao campo literário<sup>7</sup> suficiência e autonomia para a sua formação. Martins de Oliveira (1963, p. 43-57) verificou que nos episódios de 1674 protagonizados pela entrada em Minas Gerais chefiada pelo paulista Fernão Dias – 13 anos antes da descoberta dos auríferos – e que foram narrados em verso por Domingos Cardoso Coutinho e Diogo Garção residia “a certidão de batismo para ingresso na civilização” desse território. Entretanto, para o caso do sistema<sup>8</sup> do Mato Grosso, Hilda Gomes Dutra Magalhães (2001, p. 23-28) – a autora do mais recente

ensaio histórico sobre a literatura mato-grossense – prescinde de incorporar qualquer documento anterior à fundação do arraial de Cuiabá, que se deu em 1719.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA EM GOIÁS: A FUNÇÃO DOS DOCUMENTOS COLONIAIS

Fixar uma data para o começo da produção de literatura em Goiás exige estabelecer quais foram os primeiros documentos compostos e recebidos como obras literárias. Entendendo a literatura brasileira como um sistema, é preciso conhecer como esse sistema se afiançou em Goiás e como, *a posteriori*, a historiografia literária interpretou a introdução nos campos sociais da criação estética através do cultivo das letras. Assim se tratando, torna-se também necessário descobrir quais foram os primeiros textos consumidos pelos goianos e qual foi o primeiro escrito que algum agente com autoridade definiu como obra possuidora de traços ou essências literários ou, inclusive, de declarada e nítida intencionalidade literária. Parte-se do pressuposto de que a *qualidade literária* é um valor historicamente constituído e, portanto, não universal. O valor literário, em cujo nome costumam-se basear os processos canônicos, as canonizações e os cânones resultantes, refere-se à imposição de modelos, gostos etc., dos dominadores aos dominados, isto é, de quem tem poder para impor seus princípios de visão e divisão como legítimos. Eis o motivo de que alguns produtos da epistolografia pré-colonial e colonial brasileira, em que alguns críticos e autores literários observaram supostas marcações estéticas, tenham sido, às vezes, colocados e utilizados como suportes das obras posteriores e como ícones do périplo em que se embarcaram as letras brasileiras até alcançar a distinção da sua matriz lusitana.

A conclusão de como nasceu a literatura em Goiás, de quais foram as datas, as obras e os autores simbólicos convertidos em representações do fermento cultural da região e de quem foram os primeiros críticos

preocupados por sistematizar o processo de formação das letras no atual Estado de Goiás ocupou, em forma de *leitmotiv*, algumas das páginas da história literária de Goiás composta a partir da segunda metade do século XX. Analisar a compreensão tida do processo do surgimento da literatura em Goiás permite, por outro lado, levar a efeito a avaliação relativa a se a crítica literária goiana apostou por fazer apologia da existência de um viés genuíno e diferencial da literatura goiana desde o momento em que foram redigidas as primeiras cartas, relações e crônicas coloniais. O esclarecimento dessa premissa é fundamental para examinar se os primeiros textos emitidos sobre Goiás foram interpretados no século XX como sinais de um campo literário que se enveredou, desde a época colonial, na direção que o levaria a se converter, frente à futura literatura brasileira, ou bem em um *subsistema*, ou em um *para-sistema* ou em um *protossistema*.<sup>9</sup>

Mediante o termo *subsistema* engloba-se a rede cultural, integrada por um grupo de pessoas, que apresenta alguma particularidade no modo de gerar e desenvolver os seus fatores – mercado, instituições, autores, receptores, repertórios, produtos culturais. Essa rede existe fazendo parte de um sistema maior do qual não pretende se erigir em substituta. Se fosse decidido aplicar esse conceito, entender-se-ia que a literatura goiana é uma das realizações – uma especificação – do sistema literário brasileiro, do qual dependeria para garantir a sua existência e ao qual estaria submetida para atingir o reconhecimento e a canonização. A literatura goiana seria, portanto, um tipo de literatura brasileira; ou seja, uma vertente peculiar do sistema literário do Brasil.

A expressão *para-sistema* refere-se à rede cultural autônoma, formada por um conjunto de pessoas vinculadas por uma inter-relação de fatores – mercado, instituições, autores, receptores, repertórios, produtos culturais – que atua e se desenvolve em um espaço que é também ocupado por um sistema ao que não pretende substituir nem impugnar mas do qual não faz parte. Caso fosse aceita esta situação para a história da literatura goiana, haveria que entender que a literatura

criada em Goiás se desenvolveu de modo paralelo ao sistema literário brasileiro, conformando, dentro da coexistência, um enclave literário independente que, porém, nunca pretendeu deslocar ao sistema brasileiro, mantendo-se portanto alheia às concorrências inerentes ao campo de lutas da literatura do Brasil.

Com *protossistema*, o terceiro dos termos mencionados, define-se a rede que, criada por um grupo de pessoas vinculadas por uma ambígua inter-relação de fatores – mercado, instituições, autores, receptores, repertórios, produtos culturais – apresenta carências (“déficits de projeção”) importantes na estabilização desses fatores e, às vezes, até na sua própria definição sistêmica. A rede procura substituir os “déficits de projeção” assimilando partes das normas sistêmicas de uma outra literatura que normalmente se constitui no seu referente de oposição. Se for enquadrada a literatura de Goiás nesse conceito, compreender-se-ia por que há divergências entre os críticos sobre se a criação literária deste Estado deve ser considerada literatura goiana ou literatura brasileira de Goiás ou, simplesmente, literatura produzida por brasileiros de Goiás. Essa apreciação seria a chave que permitiria entender as razões pelas quais só alguns fatores da literatura em Goiás conseguem ter repercussão e obter a canonização, no sistema literário brasileiro, enquanto outros cindem das suas expectativas se introduzirem no campo brasileiro e ficam comprimidos nas fronteiras culturais do Estado. Assim, poder-se-ia também entender como, ao longo século XX, houve autores goianos de prosa narrativa regionalista que conseguiram ser estimados e, inclusive, realçados *ad immortalitatem* pelos receptores com mais prestígio do Brasil e outros cujo *corpus* não traspassou o âmbito do consumo literário de Goiás sem que, por isso, se tenha deduzido, *a priori*, que essa narrativa fora degradada pela sua inferior qualidade.

O conceito classificatório *protossistema* permite também alcançar as intenções das escolhas feitas pelos historiadores e críticos da literatura de Goiás quando apresentam seu início só a partir da fundação dos arraiais coloniais. A literatura pré-colonial brasileira preencheria, dessa

forma a lacuna que há na literatura de Goiás para o período prévio à composição, pelos poetas barrocos e árcades residentes em Meia-Ponte e Vila Boa, dos primeiros versos setecentistas da, então, Capitania. Resulta óbvio inferir, em primeiro lugar, que entre as intenções dos historiadores e críticos da literatura de Goiás nunca esteve a de justificar uma gênese original e distinta para as letras regionais e, por outro lado, que a interpretação feita por esses críticos dos primeiros textos coloniais partia da presunção de que a literatura da Capitania fora fruto da mera aculturação local do repertório transferido a partir dos núcleos culturais do século XVIII no Brasil. Esses dois fatos revelam, *per se*, que, nas primeiras letras goianas, nem os indícios de autonomia cultural nem o reflexo do surgimento de uma discriminação identitária foram buscados pelos comentadores e estudiosos. Desse modo, ao não se construir uma origem para a literatura em Goiás a partir da fragmentação da literatura brasileira e ao não se manifestar a necessidade de apresentar vestígios da formação de um *volkgeist* genuíno desde épocas antigas, a dependência do cerne sociocultural goiano em relação aos subsídios brasileiros é de complexa refutação.

Há que se ter em conta que desde o Romantismo – a partir do *Resumo da história literária do Brasil*, de Ferdinand Denis – a poética propedêutica que inaugurou o debate a respeito da relação entre literatura e nação no Brasil, nas “histórias da literatura brasileira” encontram-se os discursos que, articulados sobre diversos pressupostos ideológicos e guiados por variadas táticas argumentativas, visaram construir e instituir projetos de formação de nacionalidade com base no campo cultural estruturado no Brasil durante a época colonial. Nesse sentido, os críticos, historiadores e historiógrafos que assumiram a tarefa de reconhecer os primeiros matizes caracterizadores do sistema literário brasileiro tenderam a assentar os alicerces da nacionalidade literária, tanto no processo de formação de uma pretensa identidade forjada através do compartilhamento de tradições, quanto em diferenciais lingüísticos e em referências a fenômenos socioculturais aparentemente exclusivos que

proporcionaram coesão ao território. Destarte, com vistas a entrelaçar a literatura do Brasil emancipado com os supostos precursores da concepção da “consciência nacional”, esses autores acionaram a inclusão, no âmbito dogmático da produção literária brasileira, da narrativa de viagem e da prosa dos cronistas dos períodos pré-colonial e colonial em que cabia localizar indícios ou prenúncios de autonomia nas letras. Ao longo do processo diacrônico da crítica, foi conformado um campo de lutas cujas principais finalidades eram delimitar o espaço que ocupariam os repertórios de elementos locais, especificar as transferências que tinham sido realizadas a partir de outras literaturas e fixar os autores e as obras susceptíveis de serem qualificados como elementos motrizes do “gênio” nacional.

Para os historiadores tornou-se necessário analisar os três documentos remetidos a Lisboa durante a escala na Ilha de Vera Cruz por tripulantes da esquadra de Pedro Álvares Cabral – a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, a *Carta* do Mestre João e a *Relação* do Piloto Português Anônimo – e ponderar a posição que eles poderiam ocupar no vasto quadro das narrativas de viagem. Partia-se da aceitação da premissa de que os textos quinhentistas conteriam considerável interesse histórico mas estariam invalidados para a sua inclusão na história literária caso as observações, ora objetivas e pragmáticas, ora ingênuas e simpáticas, contidas na prosa dos livros de bordo ou das cartas-diários, não refletissem curiosidade científica e gosto e cultura literários. Expuseram-se, conseqüentemente, opiniões divergentes no tocante às origens da literatura brasileira. Na atualidade, a controvérsia na crítica ainda não foi totalmente encerrada, de tal forma que para alguns autores os primeiros textos do século XVI não são propriamente literários, senão textos de informação que pertencem à pura crônica histórica.

Em fins do século XIX, Sílvio Romero (1960, p. 346) expusera que as necessidades materiais absorveram totalmente a energia da exígua população do período quinhentista fazendo com que durante quase todo o primeiro século da descoberta e conquista não se produzisse literatura.

Por conseguinte, Romero acreditava que o período de formação da literatura nacional se iniciara em 1592, data suposta da 1ª edição de *Prosopopéia*, de Bento Teixeira Pinto. Ainda em fins do século XIX, Oliveira Lima (1984, p. 87) credita que o século XVI foi pouco menos que nulo para a literatura brasileira, compartilhando o juízo de Sílvio Romero no sentido de apreciar Bento Teixeira Pinto, junto a Gabriel Soares, como primeiros escritores. Já no início do século XX, José Veríssimo continua negando qualquer valor estético aos textos quinhentistas de informação. Posteriormente, no entanto, Castello (1999, p. 51) e Moisés (2000, p. 15) colocaram que a história da literatura brasileira começara, sem lugar a dúvidas, em 1500, com a *Carta de Caminha*. Castello argumenta que os documentos quinhentistas possuem, além do valor informativo da crônica histórica a respeito do primeiro contato do homem ocidental com a terra brasileira, um interesse obliquamente estético pois forneceram sugestões temáticas e formais ao redor do nativismo e do indigenismo nas quais a *intelligentsia* brasileira – do romantismo ao modernismo – procurou imagens para afirmar e legitimar a sua distinção em face do estrangeiro. Na *Carta de Caminha*, foram reconhecidos a observação espontânea da paisagem, a mitificação da visão do paraíso, as impressões simpáticas sobre o autóctone, o lirismo espontâneo e o humor rude e, inclusive, o valor lingüístico ao tentar exprimir na língua portuguesa a descrição de um mundo que era oposto ao universo de onde provinha o descobridor. Contudo, para Bosi (1994, p. 13) a visão do mundo e a linguagem legadas pelos textos de informação contidos nas crônicas da descoberta careciam do fenômeno da “palavra-arte” apesar do que constituíram a pré-história das letras brasileiras. Da parte portuguesa, na década de 1940, o historiador Jaime Cortesão (1994, p. 15) censurava que a *Carta de Caminha* só tivesse sido olhada como texto singular da história e da geografia do Brasil, salientando a necessidade de compreensão da obra como peça literária devido ao fato de o escritor haver composto essa narrativa de viagem, tanto no cumprimento de um dever, quanto também com uma disposição especial motivada pelo seu interesse particular e o seu talento natural. Eis a razão,

segundo Cortesão (1994, p. 18), de ter a *Carta* de Caminha sido inserida no processo de formação de uma cultura nova universalista, de base experimental e tendência crítica, superadora da cultura prévia, estritamente ocidental, fundada sobre a erudição clássica que cingia ao dogmatismo das fontes antigas o pensamento e a expressão artística, tornando-os esterilizadores e regressivos.

Após transcorrido um século de emissão de pareceres detalhados sobre a natureza da *Carta* de Caminha, consolidou-se uma imagem elaborada retrospectivamente através de uma exegese do documento que foi apagando a historicidade dos eventos do Brasil pré-colonial passando a destacar, paralelamente, a funcionalidade literária contida na observação da paisagem edênica do trópico, na estranheza perante a nudez juvenil mostrada com amoralidade e na cordialidade das relações humanas. Recentemente, Maria Aparecida Ribeiro (2003, p. 9) visou concluir essa polêmica hermenêutica constatando que a *Carta* de Caminha, pela sua qualidade literária superior à dos outros dois textos conhecidos sobre a chegada dos portugueses ao Brasil – o do Mestre João e o do Piloto Anônimo – inaugurou, embora inconscientemente, um tópico das literaturas e das artes visuais portuguesa e brasileira. A inserção da *Carta* no repertório de motivos geradores da pintura brasileira, a partir da composição de Vítor Meirelles de Lima *Primeira Missa no Brasil*, e no âmbito das representações da poesia, com os versos de “Vera Cruz” de Guilherme de Almeida, abriram a cerimônia da canonização da *Carta* transformando-a em um clássico que ocupa o centro do sistema cultural do Brasil. Na atualidade, com base em juízos sobre a função estética e em valorizações sobre as estruturas literárias, poder-se-á questionar a conveniência de iniciar os estudos da literatura nacional a partir da *Carta* ou se, em cotejo com a historicidade dos eventos durante a escala da esquadra, é adequado e congruente interpretar que a visão inaugural do Brasil é uma visão do paraíso. Não obstante, a recepção do comunicado da *Carta* ao longo do século XX pelos campos culturais do Brasil e as conseqüentes representações

elaboradas impediram pôr em dúvida a transcendência do documento para a criação da identidade nacional e a sua pertença ao polissistema da literatura.

No tocante à história da literatura em Goiás, embora não haja ensaios que contenham análises abrangentes da diacronia do fenômeno literário em todas as suas feições, em várias obras são apresentados estudos que se aprofundam no processo constitutivo dos diferentes “grupos” ou gêneros tradicionais em que se podem classificar os produtos literários com base em características comuns. Assim, a história da poesia e a produção do conto em Goiás são as áreas temáticas que mais reflexões têm gerado desde o início da década de 1960 até os nossos dias.<sup>10</sup>

O intelectual polígrafo Gilberto Mendonça Teles foi quem mais se destacou na investigação acadêmica nessas duas áreas, havendo publicado duas obras – *A poesia em Goiás* (Teles, 1983) e *A crítica e o princípio do prazer* (Teles, 1995) – que, delimitando o objeto de estudo, estabeleceram uma pauta que pudesse ser seguida em posteriores empreitadas de recopilação, crítica e sistematização historiográfica. Com *A poesia em Goiás*, Teles fincou firmemente um padrão que se instituiu em referência obrigatória para o embasamento metodológico e para a estruturação dos estudos críticos sobre a produção literária em verso que pretendessem dar sucessão a essa análise.<sup>11</sup> De fato, o próprio Teles (1983, p. 11) escreveu que “Depois de *A poesia em Goiás*, tudo o que se escreveu a respeito, em Goiás ou fora de Goiás, foi tirado deste livro, quando não o tiraram como modelo”. Resulta esclarecedor para entender a posição da *intelligentsia* estadual perante o campo da cultura da região ler o parecer da Comissão Julgadora – formada por Modesto Gomes, Jarmund Nasser e Zoroastro Artiaga – que concedeu em 1962 o galardão do “Primeiro Concurso Literário” da UFG ao ensaio de Teles.

No juízo da Comissão, essa obra, fruto da pesquisa, merecera receber o prêmio, além de pelas qualidades literárias, pela originalidade e esforço demonstrados para informar “aspectos e fatos” das “pobres

letras provinciais” (sic) surgidas em Goiás. Essa visão pejorativa, conseqüência da jactância na comisseração e no auto-ódio, formada acerca das “letras provinciais” por eruditos provinciais somente pode ser entendida à luz de antecipadas avaliações impressionistas que foram divulgadas sem reticências por alguns membros do Parnaso provincial e que arrasaram as possibilidades de entender a cultura do Estado, dispensando ou, quando menos, questionando os parâmetros de interpretação da qualidade cultural e artística formulados por agentes alheios aos campos sociais goianos. Teles (1983, p. 33) compartilha a visão tópica de que o isolamento geográfico e “espiritual” do Estado, a imaturidade político-administrativa e a preocupação “primária” dos pioneiros goianos impediram que o aparecimento da sociedade colonial e a posterior consolidação de uma sociedade emancipada da metrópole portuguesa após a independência do Brasil fossem acompanhados da formação de um sistema cultural na região. Apesar de Teles partir dessa premissa normativa preconceituosa que está ligada a uma idéia canônica de qualidade literária na qual, claramente, a realidade sociocultural de Goiás não se enquadra, o autor reconstrói, através de uma divisão em seis períodos, a história da literatura em Goiás desde a fundação do primeiro núcleo urbano – o arraial da Barra – até os nossos dias, fornecendo para a primeira etapa (1726-1830) uma gênese literária centrada na estreita relação do surgimento da literatura setecentista na Capitania com as chegadas, de Minas Gerais, do professor régio de gramática latina Bartolomeu Antônio Cordovil e do cônego Luís Antônio da Silva e Sousa. Com isso, na interpretação de Teles (1983, p. 35-41), a criação literária em Goiás no século XVIII restringe-se a umas dezenas de versos compostos por dois autores forâneos que poetizaram referências a Goiás e ligeiras representações de Goiás por causa da sua residência temporária nos arraiais do novo pólo colonial de mineração. Essa mirada sobre a lírica e a épica em verso está ligada a uma imagem escrita e alfabética do fenômeno literário que impede a inclusão da poesia popular no *corpus* fundador da literatura regional. A folclorista Regina

Lacerda, embora não defendesse a incorporação na literatura canonizada do cancionero popular, recopilou as cantigas e cantares do folclore goiano encontrando nelas a perpetuação de uma tradição oral e afirmando que, mesmo sendo trazida “por bandeirantes ou garimpeiros, tropeiros ou boiadeiros, mães pretas ou irmãs freiras, escravos ou senhores, são goianas todas elas, porque, aqui chegando, aqui ficaram” (LACERDA, 1985, p. 13). Marginalizar essa poesia significa dar as costas à primeira aculturação em Goiás da tradição oral literária de Portugal, processo que fora detectado na década de 1920 por Americano do Brasil (1973, p. 88):

de perto de setenta décimas, romances, dramas (nome dado pelo poeta popular ao romance em que falam diversas pessoas) só uma vez deparamos vestígio da chácara lusitana... nossa coleção se compõe de romances de bois avalentoados, famazes, de dramas de amor com puros determinantes nacionais, de décimas de onças famosas, de veados ariscos, de macacos inteligentes, de romances de criminosos célebres etc.

Na Capitania, junto à poesia popular oral, houve uma produção poética anterior aos versos de Cordovil que, embora não tenha sido conservada, gozou de registro detalhado nos documentos da época. Cristina de Cássia Pereira Moraes (1999), historiadora do período colonial goiano, recuperou documentos que provam a existência de uma copiosa cultura inspirada na atmosfera delirante que provocara a inércia do “eldorado” na Serra Dourada. Esses dados rebatem o tópico apriorístico do marasmo social e do abismo cultural no Goiás setecentista. A historiadora, a partir de um estudo dos textos que registraram as comemorações de três dias pela convalescência do Rei D. José I e a expulsão dos jesuítas, acontecidas em 1760, na Vila Boa, reconstruiu o panorama das festas e encenações sagradas e profanas dos brancos, africanos e indígenas nesse momento do século XVIII, salientando as características das celebrações lúdicas oficiais e dos rituais populares paralelos que eram organizados aproveitando os ensejos. Da corres-

pondência encaminhada ao Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, pelo escrivão da Capitania, informando dos preparativos dessas comemorações, Moraes (1999, p. 90) destaca um fragmento em que se percebe como a literatura e a música integravam os eventos de aquisição cultural que organizava a sociedade destes sertões:

[...] fizeram-se muito boas poesias e se fizeram glosas admiráveis, em que são muito prontos e felizes os americanos, tudo se fez com muita quietação e contentamento de todo o povo que em altas vozes dizia que muitos anos vivesse V. Exa. por lhe ter dado um tão bom governador.

Por outro lado, segundo a fundamentação sustentada por Teles (1995, p. 34-41) a respeito da prosa, essa, ainda balbuciante, somente despega muito timidamente depois de 1900 sob as influências do regionalismo expressas “numa linguagem vigorosa e altamente poética” (TELES, 1995, p. 36). O autor considera que podem ser desprezadas as narrativas dos viajantes e naturalistas da primeira metade do século XIX e, inclusive, as crônicas e os trabalhos periodísticos de autores como Couto de Magalhães, Oscar Leal e Henrique Silva. A narrativa em Goiás teria começado, portanto, *in medias res* através da adaptação circunstancial de um modelo prosaístico que fora consagrado décadas antes nos espaços configurados como centros culturais do Brasil. Esse parecer afasta-se da supra mencionada visão do fenômeno literário de alguns historiadores e historiógrafos atuantes na segunda metade do século XX, mas entronca com a interpretação de José Veríssimo. Segundo a concepção exposta por Veríssimo (1981, p. 52) na *História da literatura brasileira*, a prosa dos cronistas, para ser considerada obra possuidora de qualidade poética, devia conter características literárias no estímulo que a originou, no propósito que seguiu e no estilo que foi praticado.

Por sua vez, Modesto Gomes, ao contrário do procedimento reconstrutivo da gênese literária em Goiás seguido por Teles, não

diferencia a história da poesia da história da narrativa. Gomes (1968, p. 94-95) faz tábula rasa da produção anterior e expõe taxativamente que

apenas no século vinte a literatura goiana se incorporou à literatura nacional. Estado mediterrâneo, geograficamente colocado no centro do país, sem vias de comunicação que o pusessem em contato com os aglomerados urbanos de maior expressão demográfica, Goiás dormiu, durante mais de dois séculos, à sombra de atraso impressionante.

A negativa de Gomes em reconhecer expressão literária em Goiás antes do século XX não o impede de afirmar que, pelo menos, Goiás serviu de fonte de inspiração para ficcionistas prestigiosos nos quadros da literatura brasileira. Para Gomes (1968, p. 75-79) Goiás foi matéria do “indianismo” na trama de *Ubirajara* de José de Alencar, matéria do “sertanismo”, tanto nos contos *O ermitão de Muquém* e *O índio Afonso* de Bernardo Guimarães, quanto em *Inocência* do Visconde de Taunay, e matéria do “realismo” com a noveleta *A parasita azul*, de Machado de Assis. Essa apreciação crítica formulada por Modesto Gomes ainda não foi contestada de forma nítida por meio de nenhum outro estudo, e a impressão transmitida de que, nos períodos colonial e imperial, não se produziu cultura em Goiás ou de que, partindo doutra perspectiva, no caso de que essa cultura haja existido, ela foi de qualidade censurável, continuou sendo admitida parcialmente e de forma inercial nas duas décadas seguintes. É claro que, a partir da década de 1990, a divulgação realizada por historiadores e historiógrafos goianos dos documentos coloniais setecentistas tem revelado a existência de uma prolífera tradição epistolográfica e cronística que fornece elementos de juízo que poderiam alterar os tópicos, até então aceitos, sobre a origem da literatura em Goiás. Entretanto, as “histórias” da literatura goiana não contêm reflexões acerca do valor literário da prosa das cartas, notícias e relações do século XVIII. Nem se nega nem se aceita a sua qualidade literária; simplesmente há um vazio – uma total ausência – a esse respeito.

## A MARGINALIZAÇÃO DAS *CARTAS* “GOIANAS”

A maior recompilação de documentos sobre Goiás, lavrados desde a derradeira entrada do Anhangüera II até a Proclamação da Independência, encontra-se no livro *História de Goiás em documentos*, da autoria de Luis Palacín, Ledonias Franco e Janaína Amado (1995). A obra reúne 190 documentos, entre “não oficiais” – relatos e memórias históricas confeccionadas à época, textos de viajantes europeus que conheceram Goiás – e “oficiais” – ordens régias, correspondência entre funcionários reais e a Coroa portuguesa, bandos, decretos, regulamentos, leis e quadros de receita e despesa.<sup>12</sup> Quase todos os documentos “não oficiais” já haviam sido publicados anteriormente mas a maioria dos “oficiais” estiveram, até então, dispersos ou eram de difícil acesso, obrigando o pesquisador a recorrer a *O mistério do ouro dos martírios* (FERREIRA, 1960) para encontrar a primeira e única coleção editada de alguns dos documentos coloniais goianos. A pequena parte dos documentos “oficiais” que gozou de divulgação encontrara nos escassos números publicados da *Revista do Arquivo Histórico Estadual*, um outro veículo de resgate que atuou apresentando transcrições de caráter paleográfico, sem glosas ou comentários complementares. Contudo, de todos os documentos coloniais o único que recebeu uma edição monográfica e uma análise aprofundada foi a *Notícia geral da Capitania de Goiás* (Bertran, 1996)<sup>13</sup> pois a intenção do *corpus* reunido por Palacín não era a de descer às minúcias da história colonial goiana senão a de oferecer uma compreensão global do período amparando-se nos testemunhos escritos que foram conservados.

Entre cartas régias, informes dos governadores e relatos dos participantes, a bandeira do Anhangüera [1722-1725] recebeu um amplo seguimento por meio de variados registros documentais. Superam a dúzia os testemunhos escritos que acompanharam a proeza peitada na procura dos auríferos. Esse leque de documentos é aberto pela resposta do rei D. João V, datada de 14/2/1721, à solicitação de licença de Bartolomeu Bueno da Silva, Domingos de Prado e João Leite da Silva Ortiz para

preparar a entrada em direção a Goiás. A seqüência é encerrada pela carta remetida em 7/5/1726 por D. Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, ao rei de Portugal, anunciando a terceira ida do Anhangüera aos *sertões dos Goyazes* a qual visava consolidar, resistindo ao gentio, o controle das jazidas já achadas e descobrir outras novas.

No que se refere, *stricto sensu*, às cartas relativas aos pormenores da marcha do Anhangüera, tais documentos conformam um ciclo epistolográfico quase completo que é integrado por um total de cinco missivas vinculadas mediante os temas recorrentes: desenredo do sertão, esforço paulista para atingir a meta, enfrentamento aos gentios bárbaros e hostis, busca contumaz de minas de ouro e solicitação e obtenção de regalias como recompensa. Esse conjunto de cinco documentos está composto, além de, pelas duas cartas mencionadas, pelo *Regimento* da bandeira do Anhangüera [1721], pela correspondência de D. Rodrigo César de Menezes ao rei enfatizando a teimosa negativa do Anhangüera em desistir dos seus propósitos apesar do que parecia um fracasso na localização das minas [24/4/1725] e por mais uma carta desse governador a D. João V, informando, em 22/10/1725, do regresso exultante de Bartolomeu Bueno da Silva após ter encontrado ricas minas de fácil acesso situadas em um sertão de clima ameno. No grupo de missivas delimitado assenta-se a “certidão de Batismo” de Goiás. Todavia, se comparado com os três primeiros documentos escritos no achamento do Brasil, detectar-se-iam diferenças essenciais que são resultado da passagem de dois séculos com presença branca e mestiça no país. Assim, em primeiro lugar, percebe-se que a bandeira do Anhangüera não tinha como objetivo a descoberta ou a mera exploração de um território, mas sim o de localizar as minas lendárias situadas em uns sertões que já eram conhecidos. Em segundo lugar, os artífices da gesta não foram os tripulantes de uma esquadra portuguesa senão os membros de uma entrada formada sobretudo por paulistas, embora houvesse também entre eles um contingente não desprezível de reinóis. Por último, observa-se que nas cartas de Goiás não se pode encontrar o

menor resquício da “visão do paraíso” que fora transmitida pelas testemunhas da armada de Cabral; o sertão não era o éden para os bandeirantes, a viçosa natureza transformara-se em um temido obstáculo para alcançar a fortuna nas minas e os aborígenes silvícolas não eram vistos como inocentes arredios senão como traiçoeiros e impiedosos selvagens que entravavam o acesso ao eldorado.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que acontece com o Brasil, no caso de Goiás não cabe dúvida de que, antes de que fosse enviada à Corte a primeira correspondência comunicando oficialmente *os descobrimentos dos Goyazes*, havia abundantes notícias acerca dos sertões situados em um planalto no centro da colônia. Nesse sentido, não se duvida que os primeiros colonizadores não foram os descobridores de Goiás. Mais de um século antes da entrada chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, os paulistas já conheciam suficientemente o território por onde passava a imaginária linha divisória do continente que fora traçada por Portugal e a Espanha no Tratado de Tordesilhas. Todavia, o caráter tabelional daquelas escrituras que, contendo relatos e roteiros, foram lavradas com anterioridade à bandeira do Anhangüera frustra qualquer interpretação que pretenda extrapolar o valor informativo extraível da circunstância própria do âmbito do notariado. Os documentos coloniais goianos setecentistas configuram, entretanto, um leque narrativo em que se percebe a singularidade da formação identitária de Goiás. Neles destacam-se os traços estilísticos epistolográficos utilizados para ressaltar a austera épicada daqueles que se aventuraram, combatendo os indígenas, na procura do ouro pelos sertões de Goiás.

De fato, a própria Cidade de Goiás obteve o reconhecimento da sua particular distinção dentro do âmbito do patrimônio mundial. Pelo seu calçamento em pedras irregulares, pela sua equilibrada trama urbana original, pela riqueza em arquitetura civil e religiosa, pelo caráter

autóctone do acervo das igrejas – imagens, talhas e pinturas, o antigo arraial recebeu a inscrição pela Unesco na *Lista do Patrimônio Mundial* em 16 de dezembro de 2001.<sup>14</sup> Esse parecer prova que é cabal e pertinente admitir o valor estético contido na expressão artística e cultural desenvolvida pelos campos sociais coalhados em um povoado decorrente da mineração. Em consequência, estabelecer como princípio de visão estética e como parâmetros de qualidade literária normas e gostos alheios à realidade da fundação de Goiás significa introduzir referenciais para o cotejo e a avaliação que denigrem o processo gerador de Goiás, pois no século XVIII as circunstâncias da colonização destes sertões inviabilizavam qualquer tentativa de reprodução, ou mesmo de mimese, dos fatores de sistemas culturais já consolidados. Assim, a prosa colonial em torno a Goiás do início da década de 1720 apresenta-se como a “certidão de batismo” deste Estado. Poder chegar a concluir se essas “Cartas de Goyaz” – isto é, a prosa colonial aqui produzida – possuem ou não a qualidade literária que as conduza à inserção no protossistema literário goiano dependerá sempre de uma simples vontade de sustentação.

#### LETTERS FROM GOYAZ

#### ABSTRACT

This article aims to clarify the position occupied and the function played in the Brazilian literary system by the documents written about Goiás during the exploration, as well as at the beginning of the colonisation of the Middle-West.

KEY WORDS: Epistolography, literary system, history of Goiás.

---

#### NOTAS

1. O vocábulo estrangeiro é usado neste texto na acepção “indivíduo que não é natural do país onde mora ou se encontra” (sétima entrada in FERREIRA, 1999, p. 840). Com ele, englobam-se os emboabas, os bandeirantes paulistas e os europeus não lusitanos.

2. Antecedendo à passagem pelas terras goianas do primeiro Anhangüera, Americano do Brasil (1980, p. 123-24) documentou a presença de quatro expedições. O historiador paulista Manuel Rodrigues Ferreira, na obra *O Mistério do Ouro dos Martírios* (FERREIRA, 1960), tomando como fontes as atas da Câmara de São Paulo e os inventários e testamentos, relacionou dez bandeiras vindas a Goiás do século XVI ao final do século XVII, quase todas organizadas por jesuítas. Para os séculos XVI e XVII, Salles (1992, p. 53-55) fixa em onze o número de bandeiras que chegaram até Goiás. Por sua vez, Palacín (1994a, p. 8) assevera que há notícias documentadas de pelo menos 16 bandeiras. Bertran (2000, p. 40-60) refere-se a 15 entradas em Goiás anteriores à expedição da descoberta do ouro pelo Anhangüera filho.
3. Na fundamentação da sua tese a respeito da primeira expedição que atingiu Goiás, Zoroastro Artiaga menciona que suas fontes foram “documentos de arquivo” entre os quais figuraria, inclusive, um breve relato composto pelo próprio Sebastião Marinho. Todavia, essas alusões não passam de simples menções no corpo do texto da obra pois o autor não acrescenta as referências às quais o leitor se poderia recorrer para fins de cotejo. Zoroastro Artiaga (1959, p. 18-19) chega a asseverar que em 1545 a Espanha já possuía informações sobre o cristal de rocha goiano e sobre as águas termais de Caldas Novas. Por outro lado, considera que a entrada de Sebastião Marinho devia responder aos supostos objetivos de uma missão diplomática ou de reconhecimento geográfico pois os documentos não se referem à mineração nem mencionam os índios. A falta de explicitações no tocante aos documentos que Artiaga toma como base tornam questionáveis as afirmações do historiador.
4. O “mapa bandeirante” – castelhano e anônimo – descoberto por Affonso de E. Taunay nos anos 1920 e publicado na Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga é um esboço cartográfico muito pouco explícito traçado na terceira década do século XVIII. Delineia a rota para os sertões; no alto do esboço há uma inscrição em que se registra que ao norte de Vila Boa de Goiás foram descobertas as minas por Sebastião Marinho em 1592, durante o reinado de Filipe II. O original encontra-se na Biblioteca Nacional.
5. Segundo José Mendonça Teles (1988, p. 73), em 1849, o Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicara a *Memória de Silva e Souza* na qual era exposto que na Capitania constava por tradição antiga ter sido Manuel Corrêa o primeiro a chegar até o “logar dos famigerados Araés”. No *Almanach da Província de Goyaz* (para o anno de 1886), A. J. Costa Brandão

(1978, p. 24-25), baseando-se no roteiro deixado pelo paulista Manuel Corrêa, difundira o parecer de que esse bandeirante foi o primeiro branco que se entranhou pelo sertão de Goiás de 1647 a 1648, ao enalço de índios e de ouro. Essa ponderação também foi expressada por Colemar Natal e Silva (2002, p. 110). O Prof. Colemar, no entanto, antecipa a andança de Manoel Correia a 1625, incorporando-o, assim, à peregrinação pelas margens do Tocantins empreendida pelo jesuíta Christovão de Lisboa. Essa expedição fora indicada por Alencastre (1979, p. 25) em 1863 como a primeira entrada em Goiás.

6. O sentido dado por Even-Zohar (1990, p. 17 e 39-43) ao termo “repertório”, que é o utilizado neste trabalho, estendendo-o a outras áreas dos campos da cultura, parte da consideração de que, em cada momento histórico, a literatura, como atividade sociocultural, está vinculada a uma normativa regularizadora formada pelos juízos de valor emanados das normas estéticas fixadas pelos círculos dominantes da produção e da recepção que ocupam o centro de uma cultura. Por meio dessas normas canonizadas são controladas a produção e a recepção dos textos literários, os quais, segundo o grau de adequação a esses princípios e modelos, podem alcançar o centro do sistema, recebendo, assim, a canonização.
7. Utiliza-se a noção básica de campo com o sentido que lhe foi dado por Bourdieu (1991, p. 4-5) – um espaço de forças (posições) onde se estabelecem relações objetivas constitutivas da estrutura do próprio campo e que orientam as lutas visando conservá-la ou transformá-la.
8. Como conceituação básica, e partindo das considerações sobre a teoria dos polissistemas expostas na obra de Even-Zohar (1990), deve-se apontar que com o termo “sistema”, tomado do estruturalismo saussuriano, denomina-se uma estrutura não hierárquica de elementos na qual cada um dos constituintes recebe a sua função específica pelo grau de dependência fixado na relação dialética que mantém com os demais.
9. Os conceitos de “subsistema”, “para-sistema” e “protossistema” foram formulados pelo Prof. Dr. Elias Torres Feijó durante o Seminário sobre sistemas literários desenvolvido por ele, junto com o teórico da literatura Itamar Even-Zohar, na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, de 24 a 28 de junho de 2001.
10. A ficção curta produzida em Goiás foi objeto de uma ampla e muito cuidada antologia editada pela UFG em dois volumes: “dos anos dez aos sessenta” (DENÓFRIO, 1992) e “o conto contemporâneo” (SILVA, 1994).

11. Dentre as análises sintéticas que partem, totalmente, dos princípios de visão e divisão fixados por Teles, destaca-se a *Síntese da História Literária de Goiás* de Jubé (1978).
12. Os originais dos documentos oficiais encontram-se, em sua maioria, no Arquivo Ultramarino Português (Lisboa), na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), no Museu das Bandeiras (Cidade de Goiás) e no Arquivo Histórico do Estado de Goiás (Goiânia).
13. *A Notícia Geral* é a mais antiga e ampla informação histórica e geográfica da Capitania de Goiás. Fora mandada fazer por Provisão Régia do Conselho Ultramarino, datada de 20 de junho de 1782, a qual estipulava ao segundo vereador das Câmaras vilarengas do espaço lusitano, escrever cronologicamente os fatos e casos mais notáveis da história da colonização portuguesa. A Provisão Régia foi executada em Goiás pelo governador Luís da Cunha Menezes, elucidando, sobretudo, o processo de descobrimento das minas e a construção administrativa.
14. Cf. “Description of sites newly inscribed on World Heritage List” in <http://www.unesco.org/bpi/eng/unescopress/2001/01-141add-e.shtml> na qual se ressalta que o “Historic Centre of the Town of Goiás testifies to the occupation and colonization of the lands of central Brazil in the 18th and 19th centuries. The urban layout is an example of the organic development of a mining town, adapted to the conditions of the site. Although modest, both public and private architecture form a harmonious whole, thanks to the coherent use of local materials and vernacular techniques.”

#### REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Governo de Goiás, 1979.
- AMADO, Janaína. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 até 1935*. 2. ed. Goiânia: Edição do autor, 1959.

BERTRAN, Paulo (Org.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: UCG, UFG; Brasília: Solo Editores, 1996.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 34. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Le Champ Littéraire: Avant-propos. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 89, p. 4-46.

BRANDÃO, Antonio José da Costa. *Almanach da Província de Goyaz: para o ano de 1886*. Goiânia: Ed. da UFG, 1978.

BRASIL, Antônio Americano do. *Cancioneiro de trovas do Brasil Central*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

\_\_\_\_\_. *Súmula de história de Goiás*. 3. ed. Goiânia: Unigraf, 1982.

\_\_\_\_\_. *Pela história de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1980.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1994.

DENÓFRIO, Darcy França (Org.). *Antologia do conto goiano I: dos anos dez aos sessenta*. Goiânia: Cegraf/ UFG, 1992.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem Theory. In: *Poetics Today*, n. 11, p. 27-96.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *O mistério do ouro dos martírios*. São Paulo: Graf. Biblos, 1960.

\_\_\_\_\_. *As bandeiras do Paraupava*. São Paulo: Ed. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977.

GOMES, Modesto. *História e literatura*. Goiânia: Cerne, Publicações do DEC, 1968.

\_\_\_\_\_. *Estudos de história de Goiás*. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano Ltda., 1974.

JUBÉ, Antonio Geraldo Ramos. *Síntese da história literária de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

LACERDA, Regina. *Cantigas e cantares: músicas folclóricas e modinhas goianas*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1985.

LIMA, Oliveira. *Aspectos da literatura colonial brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1984.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicen Publicações, 2001.

MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através dos textos*. 21. ed. revista e aumentada. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. A capitania dos Guayazes em festa: as comemorações pela convalescência do Rei D. José I em 1760. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXV, n. 1. Porto Alegre: Edipucrs, junho de 1999, p. 81-92.

OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1963.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994a.

PALACÍN, Luis. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994b.

\_\_\_\_\_. *História de Goiás em documentos: I. Colônia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/ UFG, 1992.

SILVA, Vera Maria Tietzmann (Org.). *Antologia do conto goiano II: o conto contemporâneo*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

SILVA, Collemar Natal e. *História de Goiás*. Goiânia: IGL, Agepel, 2002.

TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos goianos. A poesia em Goiás (estudo/antologia)*. 2. ed. rev. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.

\_\_\_\_\_. *Estudos goianos II: a crítica e o princípio do prazer*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

\_\_\_\_\_. *Vida e obra de Silva e Souza*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601, a Machado de Assis, 1908*. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1981.

